Tecendo Experiências[*]

A Psicopedagogia em um Projeto com Crianças Institucionalizadas - Lígia Beatriz Ragnini de Paula[•]

Em 2001, tive a oportunidade de conhecer um grupo de crianças e adolescentes atendido por um projeto social de casas lares. Tal projeto tinha o objetivo de atender crianças que, por ordem judicial, foram separadas de suas famílias biológicas porque estavam expostas a sérios riscos para sua saúde física e mental. Nessa época, o grupo residia em um condomínio de casas, tendo em cada uma delas um casal denominado "pais sociais", que eram responsáveis por seus cuidados e sua educação. Havia situações de orfandade, de destituição do pátrio poder, de possibilidade de retorno à família biológica e de total desconhecimento da localização dos pais biológicos.

Era uma realidade bastante complexa! A partir dela, conseqüentemente, seus projetos de vida dependiam de decisões da instituição responsável pelo projeto social, de decisões judiciais, da possibilidade de adoções tardias, ou seja, adoções de crianças a partir de cinco anos de idade, e de demais influências. Na maioria dos casos, grupos de irmãos residiam em uma mesma casa. Os pais sociais eram selecionados e preparados, mas atender ao grupo não era uma tarefa tão simples quanto poderia parecer; às vezes, acontecia de o grupo ser surpreendido com a mudança de residência e dos pais sociais, conforme a necessidade da instituição.

O atendimento psicopedagógico era realizado individualmente, em uma sala próxima ao condomínio, reservada para os atendimentos psicopedagógicos e psicológicos. Diante da complexidade dessas situações, fez-se mais do que necessária a interação dos profissionais que atendiam o grupo de crianças e adolescentes: professores, coordenadores e diretores das escolas, assistentes sociais, psicóloga, psicopedagoga, coordenador do projeto, profissionais da Vara da Infância.

[*] Texto publicado no Boletim Informativo Psicopedagogia, edição de abril, maio e junho de 2005.
[•] Psicóloga com pós-graduação e formação em Psicopedagogia.

A compreensão do esquema evolutivo da aprendizagem, considerando-se os seus níveis (proto, dêutero, assistemática e sistemática), segundo Jorge Visca[1], era um caminho não-convencional, pois muitos indivíduos haviam passado por várias instituições e, mesmo para a assistente social, responsável pela reconstrução de suas histórias, existiam lacunas a serem preenchidas. Nessa busca, na compreensão dos sintomas, deparei-me com informações impressionantes: violência, negligência, abandono, abuso sexual, fome, miséria. Infelizmente, a situação estendia-se também nas instituições por onde passavam depois da separação de seus pais biológicos. Era o reflexo de uma triste realidade social! O trabalho da Psicopedagogia envolveu muita paciência, frustração e, principalmente, muito aprendizado.

Sabia-se também da importância da participação dos pais sociais e das escolas que freqüentavam. No contato com os pais, os assuntos comuns eram: local e horário para atividades escolares, participação em eventos, maneira de impor limites, estigma, valor atribuído aos estudos, compreensão das dificuldades emergentes etc. Com a escola, buscava-se trabalhar os sentimentos de preconceitos e compaixão, bem como a parceria necessária para que pudessem vencer os seus obstáculos.

Tal oportunidade de trabalho mostrou-me o quanto é significativo para um indivíduo sentir-se integrante de um grupo familiar, o quão fortemente sua família biológica, também vítima de um contexto social, causa marcas em sua personalidade, provocando efeitos que podem ser causas de outros efeitos e assim por diante.

Mostrou-me, também, o quanto é necessária uma política preventiva, através de projetos em comunidades e escolas públicas, formando redes, tendo como objetivo evitar situações tão tristes como essas com que tive contato, e que a Psicopedagogia pode dar sua parcela de colaboração, reconhecendo a importância das demais áreas do conhecimento, sem perder seu objetivo!

[1] VISCA, J.; VISCA, F. **El esquema evolutivo del aprendizaje**. Buenos Aires: Jorge Pedro Luis Visca y Florencia Visca, 1999.